

UM BOM PLANO

*** Roberto Rodrigues**

Embora não contenha muitas novidades, o PAP lançado em 22 de junho apresenta avanços importantes em relação a safras passadas, em parte graças às consultas que o Ministério da Agricultura fez às entidades rurais de todo o país.

A oferta de crédito rural teve um crescimento de 37,8%, saltando dos 78 bilhões de reais do ano passado para 107,5 bi nesta safra. É um belo número, especialmente se considerarmos a crise financeira que varreu o planeta desde meados de 2008. E, deste total, 92,5 bilhões serão disponibilizados para a agricultura empresarial.

Vale notar que, nos últimos 10 anos, os recursos para o crédito rural aumentaram em média 28% a.a., de modo que este salto foi expressivo.

Quanto aos recursos para investimento, o pulo foi de 37,3% saindo de 10,2 bi no ano passado para 14 bi no atual.

Estes dados mostram um claro objetivo do PAP, que é o reforço do apoio ao médio produtor rural, que se beneficiará – como todos os demais – com a redução dos custos de produção, via menor preço dos fertilizantes.

Ainda quanto ao crédito, é interessante notar que, embora os recursos do Moderfrota tenham ficado do mesmo tamanho que na safra passada (3 bilhões), houve uma mudança que também beneficia o médio produtor: o limite de renda do produtor pra fins de enquadramento ao Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda) passou de 250 mil reais para 500 mil, de modo que mais agricultores terão acesso ao programa.

O cooperativismo teve novo apoio. As linhas do Prodecoop (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária) receberam um aumento de 100%, passando para 2 bilhões. E mais, o limite de crédito por cooperativa subiu de 35 para 50 milhões. Foi criada ainda uma nova linha, o Procap-Agro (Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias), no valor de 2 bilhões de reais, com o propósito de recuperar e/ou organizar a estrutura patrimonial das cooperativas, com limite de 50 milhões para cada uma, e prazo de 6 anos para pagamento.

Outra importante decisão do governo foi ampliar a linha do Produsa (Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio) de 1 bilhão para 1,5 bi, salto de 50%. Isto mostra a preocupação com a implantação de sistemas produtivos sustentáveis, num momento em que as discussões sobre Código Florestal provocam radicalização entre ambientalistas e produtores rurais. O Produsa prioriza a recuperação de áreas de pastagens degradadas, com ênfase para a integração lavoura/pecuária, incentiva os produtores a se ajustarem à legislação ambiental, e promove a geração de energia renovável.

Todos estes anúncios são positivos, e se somam a outros dois temas relevantes:

- ampliação de zoneamento agrícola: do PAP anterior constavam 295 zoneamentos com 25 culturas avaliadas; agora são 447 zoneamentos, com 39 culturas. Isto melhora o direcionamento do crédito.

- e os reajustes dos preços mínimos, embora não atendam à demanda dos produtores, em alguns casos foram positivos.

Por último, vale referir que a LEC (Linha Especial de Crédito) para agroindústria e cooperativas teve seu limite dobrado, passado para 20 milhões de reais por empresa.

Os números mostram avanços reais. Fica sempre a dúvida se os recursos chegarão de fato aos produtores. Na safra passada, chegaram efetivamente ao campo pouco mais de 80% dos recursos anunciados. Questões burocráticas e a não solução definitiva do endividamento inibiram o acesso ao crédito, e é de todo desejável que isso não se repita.

O que está claro é que o Ministério da Agricultura fez sua parte neste PAP. Resta saber como a área econômica do governo vai implementá-lo. Até porque o Seguro Rural, por exemplo, que depende desta área, teve um crescimento muito pequeno no orçamento para subvenção dos prêmios: apenas 182 milhões neste ano.

Aliás, este é o grande problema do nosso agronegócio. Temos uma boa política agrícola, defendida pelo Ministério da Agricultura. Mas não temos uma boa estratégia agrícola, porque o orçamento é definido no Planejamento, a liberação dos recursos na Fazenda, a taxa de juros e a de câmbio estão com o Banco Central, os investimentos em logística são do Ministério dos Transportes, a negociação internacional está no Itamaraty, as florestas plantadas são do Meio Ambiente, a agroenergia é difusa em 12 ministérios, e assim por diante. Sem uma estratégia de governo, integrada e articulada, ficamos sempre esperando pela boa vontade das autoridades da área econômica. É por isso, por exemplo, que ainda não saiu o prometido Fundo Garantidor...

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**